

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor de Redação: Otavio Frias Filho

Conselho Editorial: Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otavio Frias Filho (secretário)

A manobra dos seis anos

Num país em que, nos últimos tempos, tem prevalecido a regra segundo a qual o pior sempre acontece, estão longe de mostrar-se deslocados ou improváveis os prognósticos de que a duração do mandato do presidente Sarney possa terminar sendo fixada em seis anos pelo Congresso constituinte. Tudo viria como resultado de uma imperceptível, odiosa e elegante manobra. Saindo vitorioso o texto elaborado pelo Centrão, que nada especifica com respeito ao mandato do atual presidente, abre-se espaço para um sedutor argumento jurídico. Segundo a opinião de diversos especialistas consultados pela **Folha** (em sua maioria, aliás, favoráveis aos quatro anos), sendo o texto da nova Constituição omissivo quanto a este ponto, predominaria o que está determinado pela Carta atual — ou seja, seis anos de mandato.

Nada mais conveniente, mais automático, mais adequado ao estilo do presidente Sarney. Sem nenhum ruído, sem nenhum desgaste suplementar, sem nenhum esforço de mobilização maior que o já dispendido pela aprovação dos cinco anos, o continuísmo do Planalto obteria sua máxima vitória. Sequer seria preciso interromper a farsa pela qual se atribui ao presidente um “desapego pelo poder” — foi com esta fraseologia que se caracterizou, nos círculos oficiais, a disposição de Sarney em permanecer cinco anos na Presidência da República. Pode-se prever o exercício de aparente compunção, de modéstia inconvincente, de doce constrangimento, que se manifestaria em torno da necessidade de “cumprir a lei”, de “aceitar o dever imposto pela nação” e de, assim, dar sequência à comédia de erros, à feira de favorecimentos, à festa da fisiologia e da incompetência em curso no Executivo federal.

Mais do que nunca, a necessidade de centrar esforços na aprovação dos quatro anos de mandato para o atual presidente surge como a única alternativa possível — embora certamente longínqua — para abreviar de uma vez por todas o processo de transição política. Prolonga-se, até o insuportável, uma crise de legitimidade, um quadro de incerteza econômica, um verdadeiro colapso da credibilidade governamental que apenas as eleições diretas para presidente, ainda este ano, teriam condições de superar.

O interesse subjetivo e personalista de um governante em manter-se no poder representa, na verdade, pouco mais que um pormenor, se bem que decisivo. O que é realmente preocupante, o que projeta uma sombra de desalento e pessimismo em todo o espetáculo montado em torno do mandato do atual presidente, é a facilidade com que se manifesta, em amplos setores do Legislativo e do poder central, a resistência, o temor mesmo, diante da democracia. É a perspectiva de que venha a ser eleito um adversário do atual sistema político, é o horror visceral a toda alternância de poder, é o casuísmo mais impune e desenfreado que têm imposto ao país um prolongamento injustificável da transição para a democracia.

O transitório se eterniza, por uma incapacidade crônica em admitir, na prática, a aplicação do simples princípio de uma eleição presidencial. Teme-se que um candidato possa sair vitorioso; e a paranóia autoritária, disfarçando-se em inconvincentes advertências quanto a um fantasma militar, recua diante do teste eleitoral, adia uma decisão popular que, certa ou errada, cumpre respeitar. Esta resistência surda, pertinaz, obscurantista e revoltante à democracia encontra no presidente Sarney ao mesmo tempo um mentor e um serviçal. Tem do mentor uma habilidade incansável na barganha, na intimidação, na represália, no comércio fisiológico, no jogo político menor, dourada de pretensões personalistas e das vaidades do poder. Tem do serviçal a discricção, o gosto pelo sub-reptício, pelo silencioso e pelo sutil.

Uma sutileza, de fato, articula-se na questão das disposições transitórias. Não deixa de ser irônico que os seis anos para Sarney possam ser aprovados por uma simples omissão no texto consitucional. Um “buraco negro” na nova Constituição traria a permanência de Sarney. Um vazio decisório iria prolongar o vazio da Presidência. Um vácuo legal se traduziria em mais dois anos de vacuidade no governo. Uma ausência de iniciativa traria a vitória do grande ausente. Nada poderia ser mais compatível com o estilo em vigor no Executivo federal; e nada mais insuportável, mais revoltante e digno de repúdio que a insistência, o empenho, a determinação absoluta que se revelam na recusa em aceitar o mais fundamental e evidente princípio da democracia.